



RICARDO STUCKERT/PR. DIVULGAÇÃO

Lula sancionou a lei do piso em julho de 2008, quando Tarso já havia deixado o Ministério da Educação para Fernando Haddad

COMO É A LEI HOJE

- **A lei do piso** prevê que a correção salarial será feita anualmente, em janeiro, usando o mesmo percentual de crescimento do valor gasto por aluno pelo governo por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).
- **O governo federal** calcula que o crescimento do investimento em cada aluno entre 2010 e 2011 foi de 22,22%.
- **Assim, o valor** do piso foi reajustado agora no mesmo índice, chegando a R\$ 1.451, valor retroativo a janeiro.

O QUEREM OS ESTADOS

- **Governadores pressionam** o Planalto e a Câmara a mudarem a forma de cálculo da correção do piso. Na terça-feira, 10 Estados mandaram representantes a Brasília para pedir a alteração.
- **Os Estados** querem a aprovação de uma emenda que prevê correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que foi de 6,08% 2011.
- **A aplicação do INPC** já está sendo usada pelo governo Tarso Genro. Pelas contas do Piratini, o piso passa de R\$ 1.187 para R\$ 1.260.

AJUDA QUE NÃO VEM

- **A lei do piso** garante que a União complementar os valores para pagar os professores quando o Estado ou município “não tiver disponibilidade orçamentária”.
- **Não é tão simples** como parece: em uma portaria publicada em março de 2011, o governo federal afirma que esta ajuda limita-se a Estados e municípios que já recebem da União complementação para aplicar o mínimo previsto no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).
- **Não é o caso** do Rio Grande do Sul. Atualmente, apenas nove Estados se enquadram nesse critério. De acordo com o Ministério da Educação, até o ano passado, quatro Estados não pagavam o piso (no valor de R\$ 1.187) e 11 já praticavam valor igual ou superior ao que foi definido para este ano (R\$ 1.451).

O VAIVÉM DO PROJETO

- **O projeto** que os governadores gostariam de ver aprovado (substituindo o Fundeb pelo INPC como índice de reajuste do piso) está parado na Mesa da Câmara.
- **Na tramitação**, os parlamentares foram pressionados por sindicatos a manter o reajuste pelo Fundeb. Estava assim até a Comissão de Finanças realizar uma manobra em novembro de 2011. A Comissão aprovou um parecer modificando o projeto: conseguiu emplacar o reajuste pelo INPC, que seria levado à sanção da presidente Dilma Rousseff.
- **Mas a deputada** Fátima Bezerra (PT-RN) conseguiu assinaturas suficientes para apresentar um recurso contra o texto. Agora, este recurso precisa ir a votação no plenário da Câmara. No entanto, não há previsão sobre a data da votação.